

**VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS COMO FENÔMENO SOCIOTÉCNICO:
UMA PROPOSTA CONCEITUAL ACERCA DE CASOS VIVENCIADOS NA BAHIA**

*VIOLENCE AGAINST JOURNALISTS AS A SOCIOTECHNICAL PHENOMENON: A
CONCEPTUAL PROPOSAL BASED ON CASES IN BAHIA*

*LA VIOLENCIA CONTRA PERIODISTAS COMO FENÓMENO SOCIOTÉCNICO:
UNA PROPUESTA CONCEPTUAL A PARTIR DE CASOS EN BAHÍA*

*Original recebido em: 03 de julho de 2025
Aceito para publicação em: 15 de julho de 2025
Publicado em: de 20 de dezembro 2025*

Alan Araújo Barbosa
Universidade Federal da Bahia, BA, Brasil

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

O artigo analisa a violência contra jornalistas como um fenômeno sociotécnico resultante de interações entre atores humanos e não-humanos, à luz da Teoria Ator-Rede (TAR). Com base em dois estudos de caso ocorridos na Bahia, a saber a agressão à equipe da TV Bahia (2021) e o assédio moral na TV UESB (2023), o estudo evidencia que os atos de violência são produtos de redes comunicacionais, institucionais e tecnológicas que estruturam práticas de silenciamento. Propõe-se um conjunto de ações preventivas e éticas voltadas à reconfiguração dessas redes, incluindo observatórios com inteligência artificial, protocolos interinstitucionais e políticas de segurança jornalística. A pesquisa contribui para os estudos das culturas midiáticas ao discutir a mediatização da violência e as implicações éticas e democráticas da prática jornalística em contextos de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Culturas midiáticas; Ética jornalística; Mediatização; Teoria Ator-Rede; Violência contra jornalistas.

ABSTRACT

This article analyzes violence against journalists as a sociotechnical phenomenon resulting from interactions between human and non-human actors, under the framework of Actor-Network Theory (ANT). Based on two case studies in Bahia — the aggression against the TV Bahia crew (2021) and moral harassment at TV UESB (2023) — the study demonstrates that acts of violence emerge from communicational, institutional, and technological networks that sustain silencing practices. It proposes preventive and ethical actions to reconfigure these networks, such as AI-based observatories, interinstitutional protocols, and newsroom safety policies. The research contributes to media culture studies by discussing the mediatization of violence and the ethical and democratic implications of journalism in vulnerable contexts.

Keywords: Violence against journalists; Actor-Network Theory; Media cultures; Mediatization; Journalism ethics.

RESUMEN

El artículo analiza la violencia contra periodistas como un fenómeno sociotécnico resultante de interacciones entre actores humanos y no humanos, a la luz de la Teoría del Actor-Red (TAR). A partir de dos estudios de caso en Bahía — la agresión al equipo de TV Bahía (2021) y el acoso moral en TV UESB (2023) —, se demuestra que los actos de violencia son productos de redes comunicacionales, institucionales y tecnológicas que sustentan prácticas de silenciamiento. Se propone un conjunto de acciones preventivas y éticas para reconfigurar dichas redes, incluyendo observatorios con inteligencia artificial, protocolos interinstitucionales y políticas de seguridad periodística. La investigación contribuye a los estudios de las culturas mediáticas al discutir la mediatización de la violencia y las implicaciones éticas y democráticas del periodismo en contextos de vulnerabilidad.

Palabras clave: Violencia contra periodistas; Teoría del Actor-Red; Culturas mediáticas; Mediatización; Ética periodística.

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo, enquanto instituição social e prática discursiva, constitui-se como um dos pilares fundamentais da democracia moderna, responsável por mediar o espaço público e garantir a circulação de informações de interesse coletivo (Kovach; Rosenstiel, 2023). No entanto, nas últimas décadas, observa-se um recrudescimento alarmante da violência direcionada a jornalistas em diversos contextos geopolíticos, configurando-se como uma ameaça direta à liberdade de imprensa, por conseguinte, ao direito social à informação (FENAJ, 2023; UNESCO, 2022).

Segundo dados do Committee to Protect Journalists (CPJ, 2024), o Brasil figura entre os países com maior índice de ataques a profissionais da comunicação na América Latina, ao lado de México e Colômbia. Esses episódios vão desde agressões físicas e intimidações até perseguições judiciais e campanhas de difamação digital. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) registrou, apenas no ano de 2022, 557 casos de ataques a jornalistas e veículos de imprensa no país, um aumento de 87% em relação a 2019 (FENAJ, 2023). Tais números evidenciam a consolidação de um ambiente de hostilidade que transcende episódios isolados e reflete uma deterioração mais ampla das condições democráticas.

A Bahia, objeto central deste estudo, insere-se nesse cenário nacional de tensão, reunindo casos emblemáticos que ilustram a vulnerabilidade dos profissionais da imprensa em contextos urbanos e institucionais. Dois episódios, em especial, evidenciam essa realidade: a agressão física à equipe da TV Bahia durante cobertura jornalística em Salvador (2021) e o

caso de assédio moral na Assessoria de Comunicação e TV UESB, em Vitória da Conquista (2023). Ambos os casos revelam que a violência contra jornalistas é produto de redes complexas de interação entre atores humanos e não-humanos que estruturam e sustentam práticas de silenciamento, entre essas redes se destacam instituições, tecnologias, discursos e dispositivos de poder.

Com base nesse contexto, o problema que orienta esta pesquisa é saber de que maneira as interações entre atores humanos (jornalistas, agressores, gestores e instituições) e atores não-humanos (plataformas digitais, tecnologias, normas e dispositivos organizacionais) contribuem para a perpetuação da violência contra jornalistas na Bahia?

O objetivo geral é analisar, sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede (TAR), as dinâmicas sociotécnicas que moldam a violência contra jornalistas, tomando como estudo de caso os episódios de Salvador e de Vitória da Conquista. Especificamente, busca-se: a) mapear os principais atores humanos e não-humanos envolvidos nas redes de violência; b) identificar as mediações simbólicas, discursivas e institucionais que reforçam as práticas violentas; c) propor medidas preventivas e éticas voltadas à reconfiguração dessas redes, de modo a fortalecer a segurança e a liberdade jornalística.

A justificativa deste estudo repousa sobre a urgência de compreender a violência não enquanto um ato isolado, mas como uma expressão de redes sociotécnicas que envolvem múltiplos níveis de mediação. Ao adotar a Teoria Ator-Rede, postulada por Latour (2012), este artigo busca romper com abordagens reducionistas que atribuem a violência a indivíduos ou instituições específicas, propondo uma leitura sistêmica e distribuída da agência social. Além disso, a articulação com as contribuições de Pierre Bourdieu (1997) e Johan Galtung (1969) amplia a análise, ao integrar dimensões simbólicas, estruturais e éticas da violência no campo jornalístico.

O artigo organiza-se em seis partes. Após esta introdução, a seção seguinte apresenta o referencial teórico, destacando a Teoria Ator-Rede e seus diálogos com Bourdieu e Galtung. A terceira seção descreve a metodologia qualitativa adotada, baseada em estudos de caso. A quarta e a quinta seções tratam da análise empírica e discussão comparativa dos casos estudados. A sexta seção apresenta as propostas práticas de prevenção e intervenção, seguidas das considerações finais, que sintetizam as contribuições teóricas e empíricas da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A violência contra jornalistas como fenômeno sociotécnico

A violência dirigida a jornalistas constitui um fenômeno multifacetado, cuja compreensão demanda o reconhecimento de suas dimensões simbólicas, estruturais, institucionais e tecnológicas (Busquets, 2019). De acordo com relatórios da UNESCO (2022) e da Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2024), países como México, Filipinas e Colômbia destacam-se como contextos de alto risco para o exercício do jornalismo, nos quais práticas de censura, intimidação e assassinato de repórteres são frequentemente associados a estruturas políticas e econômicas corruptas.

No Brasil, a violência contra profissionais da mídia é atravessada por uma crescente polarização política, pela desinformação em redes sociais e pela fragilidade das políticas públicas de proteção à liberdade de imprensa (Blotta, 2016; FENAJ, 2023). Tais condições revelam o caráter relacional e distribuído da violência, que se manifesta tanto em atos diretos de agressão quanto em práticas simbólicas de silenciamento, precarização e deslegitimação. O Quadro 1, a seguir, apresenta os conceitos centrais da Teoria Ator-Rede.

Conceito	Definição teórica	Aplicação no estudo
Ator (ou actante)	Qualquer entidade humana ou não-humana que desempenha papel ativo na rede (Latour, 2012).	Jornalistas, gestores, instituições, plataformas digitais, algoritmos e objetos técnicos (câmeras, microfones).
Mediação	Processo pelo qual os atores transformam e traduzem ações dentro da rede (Callon, 1991).	Discursos políticos, normas institucionais e tecnologias que modulam comportamentos e sentidos.
Tradução	Reorganização das relações de poder e sentido entre atores (Latour, 2012).	A atuação do sindicato e da justiça na redefinição das relações institucionais da UESB.
Rede sociotécnica	Conjunto heterogêneo de atores e conexões que configuram fenômenos sociais.	As redes de interação entre jornalistas, empresas de mídia, governos, universidades e plataformas digitais.

Quadro 1 - Conceitos centrais da Teoria Ator-Rede aplicados à pesquisa. Fonte: elaborado pelo autor com base em Latour (2012) e Callon (1991).

Para compreender esse fenômeno, é necessário deslocar o olhar das causas individuais para as redes de interação que o produzem. A violência contra jornalistas não resulta apenas da ação de agressores isolados, mas de redes que conectam discursos políticos, plataformas digitais, instituições midiáticas, algoritmos e normativas jurídicas. É nesse ponto que a Teoria Ator-Rede (TAR), proposta por Bruno Latour (2012), oferece uma contribuição singular ao pensamento comunicacional contemporâneo.

2.2 Perspectivas Teóricas sobre a Construção Social da Realidade: Latour, Bourdieu e Galtung

A Teoria Ator-Rede emerge no campo dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) como uma crítica à separação ontológica entre sujeitos e objetos. Para Latour (2012), tanto humanos quanto não-humanos possuem agência, isto é, capacidade de agir e de produzir efeitos dentro de uma rede sociotécnica. Assim, a sociedade é concebida pelo entrelaçamento dinâmico de elementos heterogêneos, seja de pessoas, artefatos, instituições, dispositivos técnicos ou discursos, cujas interações produzem realidades sociais.

Aplicada ao jornalismo, a TAR permite compreender a notícia, a prática profissional e até a violência contra jornalistas como produtos de redes de mediação. Câmeras, microfones, redes sociais, algoritmos, discursos políticos e normas institucionais tornam-se, todos, actantes na constituição das relações de poder e das práticas comunicacionais (Lemos, 2013). Nesse sentido, as agressões físicas e simbólicas dirigidas a jornalistas são compreendidas não apenas como ações individuais, mas como efeitos emergentes de uma rede de forças interconectadas.

Latour (2005, p. 129) afirma que “a sociedade não é feita de vínculos entre humanos, mas de conexões entre mediadores de naturezas diversas”. Esse princípio é fundamental para analisar como a violência se dissemina, posto que ela depende da cooperação, consciente ou não, de dispositivos técnicos, discursos de autoridade e de instituições. As plataformas digitais, por exemplo, ao priorizarem algoritmos de engajamento e polarização, tornam-se atores não-humanos que influenciam o comportamento de grupos e ampliam o alcance de ataques virtuais a jornalistas (Tufte, 2021).

Portanto, a TAR oferece uma lente crítica para entender como a violência contra jornalistas se constrói na intersecção entre tecnologias, práticas institucionais e discursos políticos. Essa perspectiva será articulada, nas seções seguintes, às contribuições de Bourdieu e Galtung, de modo a integrar dimensões simbólicas e estruturais à análise sociotécnica.

Pierre Bourdieu (1997) concebe o jornalismo como um campo social relativamente autônomo, estruturado por disputas em torno do capital simbólico, da legitimidade e da autoridade discursiva. Nesse campo, jornalistas ocupam posições desiguais, definidas por suas trajetórias, recursos e relações com outros campos, especialmente o político e o econômico.

A vulnerabilidade dos profissionais da imprensa à violência está, portanto, diretamente ligada à posição que ocupam nesse campo. Jornalistas que desafiam narrativas hegemônicas ou expõem práticas de poder tendem a se tornar alvos de hostilidade, tanto de atores estatais quanto de grupos privados. Essa vulnerabilidade se agrava em contextos marcados pela

precarização das condições de trabalho e pela pressão por audiência, fatores que reforçam a dependência das redações em relação aos interesses econômicos (Bourdieu, 1997; Benetti, 2007).

Sob essa ótica, a violência contra jornalistas assume também o caráter de violência simbólica, isto é, dela impõe significados e classificações que deslegitimam a atuação pública do profissional (Bourdieu, 1989). Quando o discurso político retrata o jornalista como “inimigo” ou “militante”, cria-se um ambiente simbólico que autoriza e normaliza agressões, tanto no plano discursivo quanto físico.

Complementarmente, Johan Galtung (1969) introduz o conceito de violência estrutural, referindo-se às formas de violência que estão incorporadas às instituições, políticas e estruturas sociais. Diferentemente da violência direta, a violência estrutural não depende de um agressor identificável, mas de um conjunto de condições que impedem indivíduos de alcançar seu pleno potencial, como a desigualdade, a exclusão e a omissão estatal.

No caso do jornalismo, a violência estrutural manifesta-se na ausência de políticas de proteção, na impunidade dos agressores e na fragilidade institucional das empresas de comunicação (Blotta, 2016). Tais condições além de produzir insegurança, legitimam a repetição dos ataques, criando um ciclo de vulnerabilidade que mina a autonomia e a liberdade de imprensa.

Ao integrar a TAR, a teoria do campo de Bourdieu (1989) e o conceito de violência estrutural de Galtung (1969), esta pesquisa adota uma abordagem híbrida e relacional, capaz de compreender as múltiplas camadas da violência contra jornalistas. Tais camadas envolvem aspectos materiais (agressão física), simbólicos (deslegitimação discursiva) e a estruturais (omissão e impunidade). Essa triangulação teórica oferece uma base sólida para as análises empíricas que se seguem.

3. CONCEITO DE VIOLÊNCIA CONTRA JORNALISTAS

Diante do panorama teórico delineado e das análises empíricas que orientam este estudo, propõe-se compreender a violência contra jornalistas como um fenômeno estrutural, distribuído e relacional, que ultrapassa o âmbito das agressões individuais e se inscreve nas dinâmicas de poder que atravessam o campo jornalístico contemporâneo.

Neste trabalho, entende-se que a violência contra jornalistas constitui um conjunto de práticas sistemáticas, multifacetadas e interdependentes, as saber as físicas, psicológicas, digitais, institucionais, jurídicas, econômicas e simbólicas. Tais praticas visam a cercar,

intimidar, deslegitimar ou silenciar a atividade jornalística, fragilizando tanto a integridade dos profissionais quanto o direito coletivo à informação.

Trata-se, portanto, de um fenômeno estrutural e articulado, atravessado por disputas políticas, interesses econômicos, lógicas de poder local e dinâmicas tecnológicas que convergem para restringir a liberdade de imprensa. Conforme reforçam Hatakka (2022) e Vieira (2022), a violência contemporânea contra jornalistas manifesta-se em múltiplas camadas, desde as agressões físicas e o assédio digital até formas mais sofisticadas de coerção, como os processos judiciais abusivos (Strategic Lawsuits Against Public Participation (SLAPPs) e as omissões institucionais.

Essas múltiplas dimensões conformam o que Le Cam, Pereira e Ruellan (2021) denominam “violências públicas e hierárquicas”, em que o Estado, as empresas jornalísticas e as plataformas digitais participam direta ou indiretamente da precarização e do silenciamento da prática profissional do jornalista. Tal estrutura reflete o entrelaçamento de atores humanos (governos, gestores, juízes, empresários, usuários de redes) e não-humanos (leis, algoritmos, plataformas, normas institucionais), como propõe a Teoria Ator-Rede (Latour, 2012).

Adicionalmente, a violência contra jornalistas exerce um efeito inibidor (*chilling effect*), que extrapola a vítima individual e repercute sobre toda a categoria, gerando autocensura, retração de pautas sensíveis e enfraquecimento do debate público (Relly; Bustamante, 2017; UNESCO, 2021). Esse impacto simbólico é particularmente grave porque compromete a autonomia do jornalismo enquanto campo social, subordinando-o a forças políticas e econômicas que limitam a pluralidade informativa (Bourdieu, 1997).

Como observam Gould e Blotta (2022), discursos de desinformação e de hostilidade institucional operam como mecanismos de deslegitimação da imprensa, criando condições para agressões simbólicas e físicas que corroem a credibilidade jornalística. No interior da Bahia, esse fenômeno é acentuado pela proximidade entre jornalistas, fontes e comunidades, o que intensifica a vulnerabilidade profissional e reforça o caráter relacional da violência. Segundo Christofolletti (2004) e Sponholz (2003), a objetividade jornalística pode ser entendida como um valor ético e técnico, diante disso, essa objetividade ao invés de funcionar como proteção, frequentemente se converte em alvo, sendo interpretada como afronta política em contextos de polarização.

Dessa forma, nesta pesquisa, a violência contra jornalistas pode ser definida como fenômeno sistemático e multiforme que, ao se materializar em práticas físicas, simbólicas, digitais, jurídicas e institucionais, busca cercear a atividade jornalística, impondo intimidação,

autocensura e silenciamento. Em vista disso, essa prática tanto fragiliza a integridade individual dos profissionais, quanto o próprio direito democrático à informação.

Dimensão analítica	Descrição e relação com o conceito proposto	Contribuição para este estudo	Potencial para estudos futuros
1. Caráter sistêmico e multifacetado da violência	A definição proposta compreende a violência contra jornalistas como fenômeno estrutural e articulado que se manifesta em dimensões físicas, simbólicas, digitais, jurídicas e institucionais.	Permitiu interpretar os casos da TV Bahia e da UESB não como eventos isolados, mas como produtos de redes sociotécnicas sustentadas por múltiplos mediadores.	Possibilita o desenvolvimento de análises comparativas entre diferentes formas de violência e contextos regionais ou internacionais (ex.: México, Filipinas, Colômbia).
2. Perspectiva sociotécnica e relacional	A concepção insere a violência no campo da Teoria Ator-Rede, reconhecendo a ação conjunta de atores humanos e não-humanos (instituições, discursos, algoritmos, objetos técnicos).	Fundamentou a escolha metodológica e a leitura das interações que compõem as redes de violência nos casos analisados.	Abre caminho para investigações que explorem o papel de tecnologias emergentes (IA, plataformas digitais) na configuração da violência simbólica.
3. Dimensão simbólica e psicológica (efeito inibidor)	O conceito incorpora o <i>chilling effect</i> , isto é, o impacto psicológico e simbólico que inibe a prática jornalística e reduz o espaço de debate público.	Contribuiu para compreender como o assédio institucional e a hostilidade digital afetam a autonomia profissional e o campo jornalístico local.	Permite pesquisas futuras sobre autocensura, saúde mental e resistência simbólica entre jornalistas em contextos de polarização.
4. Violência como mecanismo de controle político e social	A violência é entendida como prática de controle e deslegitimação do jornalismo, articulada a discursos de desinformação e hostilidade institucional (Gould; Blotta, 2022).	Direcionou a análise da violência como instrumento de poder simbólico que reconfigura relações entre mídia, Estado e sociedade.	Incentiva estudos sobre o papel da desinformação e da retórica anti-imprensa em democracias frágeis ou em processos eleitorais.
5. Repercussões éticas e democráticas	O conceito enfatiza que a violência contra jornalistas compromete o direito coletivo à informação e a própria saúde democrática.	Reforçou a dimensão normativa da pesquisa, orientando as propostas de prevenção baseadas em ética, transparência e responsabilidade institucional.	Pode subsidiar políticas públicas e pesquisas aplicadas voltadas à proteção da imprensa e à promoção da cultura democrática.

Quadro 2 - Contribuições do conceito de violência contra jornalistas para este estudo e para pesquisas futuras. Fonte: elaborado pelo autor com base em Latour (2012), Bourdieu (1997), FENAJ (2023), Gould e Blotta (2022), UNESCO (2022).

Assim, o conceito de violência contra jornalistas desenvolvido neste trabalho atua como núcleo teórico integrador, articulando dimensões empíricas (casos baianos) e reflexões

sociotécnicas. Ele permite compreender o fenômeno como expressão de redes de poder e de mediação, superando abordagens que tratam a violência apenas como fato isolado ou episódico.

Além de sustentar a análise proposta, o conceito projeta potencial heurístico para pesquisas futuras, ao oferecer uma base teórica aplicável a múltiplos contextos (regionais, nacionais e internacionais) e a diversas formas de agressão à liberdade de imprensa, da física à algorítmica.

Esse conceito dialoga diretamente com os pressupostos da Teoria Ator-Rede, ao reconhecer que a violência é o resultado de interações distribuídas entre humanos e não-humanos, e com a abordagem crítica de Bourdieu (1997), ao situar o jornalismo como campo tensionado por forças externas que condicionam sua autonomia. Assim, entender a violência contra jornalistas é também compreender as redes sociotécnicas que configuram o poder comunicacional contemporâneo, as quais que precisam ser desfeitas, reconfiguradas e tornadas éticas para garantir o exercício pleno da liberdade de imprensa.

4. ABORDAGEM E DELINEAMENTO

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza exploratória e descritiva, orientada pela perspectiva epistemológica da Teoria Ator-Rede (TAR). De acordo com Minayo (2012), o método qualitativo é apropriado quando o objetivo é compreender fenômenos sociais complexos em seus contextos de produção, privilegiando a interpretação de significados e de relações.

A escolha da TAR, proposta por Bruno Latour (2012), justifica-se pela necessidade de compreender a violência contra jornalistas não como um fenômeno linear, mas como o produto de redes heterogêneas compostas por atores humanos e não-humanos. Assim, em vez de buscar causas isoladas, a pesquisa procura mapear as mediações e traduções que possibilitam a ocorrência e a reprodução dos atos de violência (Callon, 1991).

O estudo segue um delineamento de estudo de caso múltiplo (Yin, 2015), com foco em dois episódios emblemáticos registrados na Bahia a saber: **o caso da TV Bahia**, envolvendo agressões físicas contra jornalistas durante uma cobertura presidencial em Salvador (2021); **o caso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)**, referente à prática de assédio moral e institucional contra servidores da Assessoria de Comunicação e da TV UESB, em 2023.

A escolha desses casos baseou-se em critérios de relevância pública, repercussão midiática e disponibilidade de fontes documentais. Ambos representam situações de violência

simbólica e física, em diferentes escalas — uma de natureza política e outra institucional — o que permite uma análise comparativa das redes sociotécnicas que as sustentam.

Foram utilizados dados secundários provenientes de reportagens jornalísticas, documentos públicos, decisões judiciais e relatórios institucionais, especialmente da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2023) e do Sindicato dos Jornalistas da Bahia (SINJORBA, 2023). A coleta desses materiais teve como objetivo identificar as narrativas e os atores envolvidos nos episódios, suas interações e os dispositivos mediadores.

A análise seguiu três etapas metodológicas: a) identificação dos atores humanos e não-humanos presentes nas redes (jornalistas, agressores, instituições, tecnologias, discursos, objetos, normas etc.); b) mapeamento das interações e mediações entre esses atores, considerando seus papéis na configuração da violência; c) interpretação das redes sociotécnicas à luz dos conceitos centrais da TAR, agência, tradução, mediação e estabilização (LATOUR, 2012).

Conforme Flick (2013), a validade em pesquisas qualitativas depende da coerência entre os dados empíricos e a construção teórica. Por essa razão, buscou-se triangulação entre as fontes jornalísticas e documentos oficiais, preservando a fidelidade descritiva dos casos e a consistência interpretativa com o referencial teórico.

Reconhece-se que a ausência de entrevistas com os agressores, gestores institucionais e representantes das empresas de mídia limita a compreensão dos discursos de justificação da violência. Além disso, por tratar-se de um estudo localizado na Bahia, os resultados não podem ser generalizados para todo o território nacional. Ainda assim, conforme Stake (2005), o valor do estudo de caso reside em sua transferibilidade analítica, ou seja, na capacidade de gerar interpretações aplicáveis a contextos semelhantes.

5. ANÁLISE DOS CASOS

5.1 Caso 1: agressões à equipe da TV Bahia em Salvador (2021)

Em 12 de dezembro de 2021, durante visita do então presidente Jair Bolsonaro às cidades atingidas por temporais no extremo sul da Bahia, a equipe da TV Bahia, afiliada da Rede Globo, foi alvo de agressões físicas e intimidações por parte de seguranças e apoiadores do presidente. A repórter Camila Marinho relatou ter sido imobilizada por um dos seguranças, enquanto o cinegrafista Cleriston Santana também foi agredido. A equipe da TV Aratu, afiliada do SBT, igualmente sofreu hostilidades (O Globo, 2021).

Sob a ótica da Teoria Ator-Rede, a análise desse episódio revela uma rede composta por múltiplos atores interconectados, sejam os atores humanos, jornalistas, seguranças presidenciais, Jair Bolsonaro, assessores, apoiadores políticos e colegas de imprensa; sejam os não-humanos, microfones, câmeras, helicóptero presidencial, barreiras de segurança, o próprio espaço físico do estádio municipal de Itamaraju e os dispositivos de comunicação digital que amplificaram as imagens e discursos subsequentes.

Latour (2012) propõe que o social é continuamente reconfigurado por interações entre mediadores. Nesse caso, o discurso político anti-imprensa, amplamente difundido durante o governo Bolsonaro, funcionou como um dispositivo simbólico de autorização da violência (Blotta, 2016). A retórica de antagonismo, ao classificar jornalistas como inimigos ou militantes, estabilizou um campo discursivo em que atos de agressão física passaram a ser percebidos como legítimos por parte de seguidores (Ribeiro, 2020).

Do ponto de vista da TAR, o episódio evidencia como mediações discursivas e tecnológicas se entrelaçam. O gesto violento dos seguranças não foi um evento isolado, mas o produto de uma rede composta por discursos políticos hostis à imprensa (mediação simbólica); aparelhos de segurança presidencial (mediação institucional); a cobertura jornalística e as câmeras (mediação tecnológica); as redes sociais e plataformas digitais que reproduziram o conflito, ora em defesa dos jornalistas, ora reforçando a hostilidade (mediação algorítmica).

A reação da sociedade civil e das empresas de mídia também ilustra a lógica de reconfiguração das redes. O Sindicato dos Jornalistas da Bahia, a FENAJ e a TV Bahia emitiram notas de repúdio, tentando restaurar o equilíbrio simbólico e ético da profissão. Conforme Callon (1991), tais tentativas de estabilização são comuns em redes perturbadas, e visam a redistribuir responsabilidades e a reconstituir a ordem moral do campo.

Esse caso demonstra que a violência física contra jornalistas é um efeito distribuído, ou seja, resultado da ação de múltiplos atores que compartilham um mesmo campo de significação. A TAR permite compreender que a agressão não foi apenas o gesto de um segurança, mas o produto de uma rede sociotécnica estruturada pela deslegitimação discursiva do jornalismo, pelas tecnologias de vigilância e pelo ambiente político polarizado.

5.2 Caso 2: assédio moral na Assessoria de Comunicação da UESB Vitória da Conquista (2023)

Em decisão proferida pela 1ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista, em 17 de julho de 2023, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) foi condenada por prática de assédio moral contra servidores da Assessoria de Comunicação e da TV UESB. A sentença determinou indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 30 mil e o afastamento do então diretor Rubens Sampaio, acusado de promover condutas abusivas (SINJORBA, 2023).

Ao aplicarmos a Teoria Ator-Rede, observa-se uma rede heterogênea composta por atores humanos representados pelos jornalistas e servidores da UESB (vítimas), gestores universitários (agressores), membros da reitoria, o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Sindicato dos Jornalistas da Bahia (SINJORBA), advogados e juízes. Além disso, há os atores não-humanos, que compreende as plataformas digitais utilizadas para difamação, perfis falsos nas redes sociais, documentos administrativos (Processos Disciplinares), normas institucionais e a própria infraestrutura da universidade.

A violência, nesse caso, não se manifesta de forma física, mas simbólica e estrutural. Conforme Galtung (1969), a violência estrutural se realiza por meio de omissões e práticas institucionais que limitam o bem-estar e a dignidade dos indivíduos. A demora da reitoria em adotar medidas protetivas, bem como o uso de instrumentos administrativos para encobrir abusos, revelam a atuação de atores institucionais como mediadores da violência (Blotta, 2016).

Elementos analisados	Caso TV Bahia (Salvador, 2021)	Caso UESB (Vitória da Conquista, 2023)
Tipo de violência	Física e simbólica	Institucional e moral
Principais atores humanos	Jornalistas, seguranças presidenciais, apoiadores políticos	Servidores, gestores universitários, sindicato, MPT
Atores não-humanos	Câmeras, barreiras, helicóptero, redes sociais	Normas administrativas, plataformas digitais, documentos oficiais
Mediações centrais	Discurso político anti-imprensa	Cultura institucional e hierarquia universitária
Efeitos observados	Deslegitimação da imprensa e hostilidade pública	Assédio prolongado e precarização simbólica
Ações de estabilização	Notas de repúdio e denúncia pública	Decisão judicial e afastamento do gestor

Quadro 3 - Comparativo entre os casos empíricos (TV Bahia e UESB). Fonte: elaborado pelo autor com base em O Globo (2021), SINJORBA (2023) e Latour (2012).

Além disso, as tecnologias digitais desempenharam papel central na reprodução simbólica do assédio, uma vez que perfis falsos e vazamentos de conversas foram usados para intimidar e difamar servidores. Assim como no caso de Salvador, as plataformas digitais

operam como actantes não-humanos que amplificam práticas de violência simbólica (Lemos, 2013).

A atuação do Sindicato dos Jornalistas da Bahia e do Ministério Público do Trabalho pode ser compreendida como uma tradução — conceito central na TAR —, na medida em que reconfigura a rede, introduzindo novos valores (justiça, transparência, reparação) e redistribuindo as forças em jogo (Callon, 1991). A decisão judicial, por sua vez, atua como um mediador estabilizador, delimitando responsabilidades e redefinindo as relações de poder no interior da instituição.

Dessa forma, o caso da UESB ilustra como as redes de violência podem estar institucionalmente enraizadas. O campo universitário, que deveria ser um espaço de formação e de reflexão crítica, torna-se o cenário de práticas de assédio sustentadas por normas, omissões e dispositivos técnicos. A TAR evidencia que, assim como jornalistas são vitimizados em contextos políticos externos, também o são em microesferas institucionais, onde a violência se estrutura pela burocracia e pela cultura hierárquica.

6. DISCUSSÃO COMPARATIVA: REDES DE VIOLÊNCIA E MEDIAÇÕES SOCIOTÉCNICAS

A análise dos casos da TV Bahia (2021) e da UESB (2023) demonstra que a violência contra jornalistas na Bahia é resultado de redes híbridas, compostas por elementos humanos, técnicos, discursivos e institucionais. Ambos os episódios revelam dinâmicas distintas, de agressão física e de assédio moral, mas estruturadas por lógicas de poder similares, que operam por meio de dispositivos de mediação, omissão e legitimação simbólica.

Com base na Teoria Ator-Rede de Latour (2012), é possível compreender que a violência não se localiza em um único agente, mas na circulação de ações e traduções que configuram a rede. No caso da TV Bahia, a agressão ocorreu no contexto de uma cobertura presidencial, atravessada por discursos políticos de antagonismo à imprensa. A ação dos seguranças não pode ser dissociada do ambiente simbólico criado por enunciados públicos que associavam jornalistas a inimigos ideológicos. Já no caso da UESB, a violência assumiu forma institucional e prolongada, sustentada por mecanismos administrativos e por uma cultura organizacional de silenciamento.

Em ambos os contextos, as tecnologias digitais desempenharam papel ambivalente, pois ao mesmo tempo em que contribuíram para a propagação da violência simbólica, também serviram como meios de denúncia e de visibilização dos abusos. Conforme

argumenta Lemos (2013), as tecnologias, na TAR, são actantes dotados de agência, capazes de ampliar tanto as práticas de opressão quanto os mecanismos de resistência.

Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil. Conforme já demonstrado, estudos da UNESCO (2022) e do *Committee to Protect Journalists* (2024) indicam que o México, as Filipinas e a Colômbia figuram entre os países mais letais para jornalistas. Em todos esses contextos, há a atuação de redes complexas que envolvem atores estatais, grupos armados, algoritmos de plataformas digitais e corporações midiáticas. Segundo Busquets (2019), as agressões à imprensa nesses países tendem a ocorrer em zonas de conflito ou sob governos que mobilizam o discurso nacionalista para desacreditar o jornalismo crítico.

A comparação evidencia que, tanto em escalas globais quanto locais, a violência contra jornalistas é um fenômeno sistêmico, sustentado por múltiplas mediações. A Teoria Ator-Rede permite compreender que os jornalistas não são apenas vítimas, mas nós centrais em redes de circulação de poder e informação, cujas conexões podem ser reconfiguradas por políticas éticas e tecnológicas adequadas.

Além disso, a articulação da TAR com Bourdieu (1997) e Galtung (1969) reforça a ideia de que a violência se distribui entre três dimensões interdependentes, a física, expressa em agressões e intimidações diretas; a simbólica, manifestada na deslegitimação e no discurso de ódio; e, por fim, a estrutural, materializada em omissões institucionais e precarização das condições de trabalho.

Nos dois casos baianos, observou-se que a violência foi mediada por discursos e instituições que operam como tradutores de poder: seguranças, reitores, algoritmos, normas e até objetos técnicos (como microfones e câmeras). Essa multiplicidade de mediadores demonstra que a violência é distribuída e performativa, ou seja, reproduz-se pela ação conjunta de humanos e não-humanos, e só pode ser contida por intervenções igualmente distribuídas (Callon, 1991; Latour, 2012).

Nesse sentido, prevenir e mitigar a violência requer intervenções que operem nas próprias conexões dessas redes, atuando de forma ética, tecnológica e institucional. Diante dos achados teóricos e empíricos, propõem-se, portanto, ações estruturais e integradas voltadas à proteção do jornalismo e ao fortalecimento da democracia comunicacional que estão descritas no Quadro 4 que segue.

Eixo de ação	Descrição	Atores envolvidos	Finalidade
Observatórios com IA	Monitoramento automatizado de ameaças em tempo real, com transparência algorítmica.	Universidades, ONGs, FENAJ, empresas de mídia.	Antecipar e mitigar ataques digitais.

Eixo de ação	Descrição	Atores envolvidos	Finalidade
Protocolos interinstitucionais	Criação de fluxos ágeis de denúncia, apoio jurídico e psicológico.	Estado, empresas, sindicatos, sociedade civil.	Proteger jornalistas ameaçados.
Ética nas redações	Implementação de políticas internas de segurança e responsabilidade editorial.	Empresas jornalísticas e gestores.	Prevenir exposição indevida e precarização.
Regulação das plataformas	Revisão de governança algorítmica e responsabilização das <i>Big Techs</i> .	Poder público e organismos internacionais.	Reduzir amplificação de discursos de ódio.
Educação midiática	Programas de formação cidadã e segurança digital.	Escolas, universidades, ONGs, mídia pública.	Promover cultura de proteção e cidadania.

Quadro 4 - Ações propostas para prevenção e reconfiguração das redes de violência. Fonte: elaborado pelo autor com base em UNESCO (2022), Latour (2012) e FENAJ (2023).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos casos da TV Bahia, em Salvador, e da UESB, em Vitória da Conquista permitiu compreender que a violência contra jornalistas na Bahia configura-se como um fenômeno relacional e sociotécnico, resultante da articulação entre atores humanos e não-humanos, discursos, tecnologias e instituições. À luz da Teoria Ator-Rede (TAR), de Bruno Latour (2012), conclui-se que tais práticas violentas não derivam de ações isoladas, mas de redes complexas de mediação que sustentam, reproduzem e legitimam o silenciamento da imprensa.

Diante disso, destaca-se a importância da criação de observatórios independentes de monitoramento da violência contra jornalistas, capazes de integrar ferramentas de inteligência artificial (IA) e análise de dados em tempo real. Esses sistemas, inspirados em iniciativas internacionais como o *Press Tracker* da UNESCO e o *Violence Monitoring Tool* da *Reporters Sans Frontières* (RSF) em 2023, devem operar com transparência algorítmica e supervisão ética, identificando discursos de ódio, campanhas coordenadas e ataques digitais. Na perspectiva da TAR, tais tecnologias devem ser compreendidas como atores não-humanos ativos, com potencial de intervir diretamente na contenção e na prevenção da violência (Latour, 2012; Tufte, 2021).

Além disso, é necessária a institucionalização de protocolos interinstitucionais de resposta rápida, envolvendo universidades, empresas de mídia, órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Esses protocolos devem prever mecanismos ágeis de denúncia, apoio jurídico, assistência psicológica e proteção de identidade, assegurando uma

atuação coordenada entre Estado e sociedade. A consolidação de tais redes de proteção contribui para fortalecer uma cultura de solidariedade e de responsabilidade compartilhada.

No âmbito das empresas jornalísticas, impõe-se o compromisso com uma ética institucional da segurança, que responsabilize editores e gestores pela exposição indevida de repórteres em situações de risco. Conforme Reginato (2019), a ética jornalística deve equilibrar o dever de informar com o direito à integridade física e emocional dos profissionais. A ausência de políticas preventivas transforma as próprias redações em atores institucionais de violência estrutural, perpetuando condições de vulnerabilidade.

Outra dimensão essencial é a regulação crítica das plataformas digitais. Plataformas como X (Twitter), Facebook e YouTube operam algoritmos que priorizam conteúdos polarizantes, o que contribui para a difusão de discursos de ódio e a erosão da credibilidade jornalística (UNESCO, 2022; Gillespie, 2018). Assim, é fundamental reconhecer tais algoritmos como mediadores políticos que moldam interações e discursos. Políticas públicas de governança algorítmica devem impor transparência, responsabilização corporativa e auditoria pública dos sistemas de recomendação.

Complementarmente, defende-se o fortalecimento de programas de educação midiática e cidadania digital, que promovam o pensamento crítico e a compreensão das dinâmicas de poder informacional. A UNESCO (2021) enfatiza que a alfabetização midiática é elemento estruturante da democracia contemporânea, pois reduz a vulnerabilidade da sociedade à desinformação e à manipulação simbólica. Integrar essas práticas a currículos universitários e programas de formação continuada permitirá consolidar uma cultura de segurança comunicacional pautada pela corresponsabilidade coletiva.

De modo geral, as recomendações apresentadas, como os observatórios com IA, os protocolos interinstitucionais, os códigos éticos nas redações, a regulação de algoritmos e a educação midiática, apontam para a necessidade de reconfigurar as redes de poder e informação, convertendo os dispositivos que hoje sustentam práticas de violência em instrumentos de proteção, transparência e democratização.

Em face dos casos analisados, conclui-se que a violência contra jornalistas não é apenas um problema de segurança pública, mas um indicador da saúde democrática. Quando a imprensa é atacada, o direito à informação e à crítica pública é igualmente ameaçado. Portanto, garantir a integridade dos profissionais da comunicação é garantir o próprio exercício da cidadania.

Como perspectiva futura, recomenda-se o aprofundamento comparativo internacional com países como México, Colômbia e Filipinas, dados os contextos em que a violência contra

jornalistas também se manifesta por meio de redes de poder híbridas e transnacionais. Estudos dessa natureza podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas globais de segurança jornalística e para a construção de ecossistemas informacionais mais éticos e sustentáveis.

Em síntese, a aplicação da Teoria Ator-Rede neste estudo oportunizou compreender que a violência contra jornalistas emerge de relações distribuídas de poder e que sua superação exige intervenções igualmente distribuídas, para tanto, é fundamental articular aspectos humanos e não-humanos, instituições e tecnologias, ética e política. Fortalecer o jornalismo, portanto, é fortalecer o tecido democrático e reafirmar o valor da informação como bem público essencial à vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BENETTI, Márcia. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLOTTA, Vitor. **Violência contra jornalistas e liberdade de expressão no Brasil contemporâneo: a mordida do Ouroboro**. Infoamérica: Iberoamerican Communication Review, n. 10, 2016. Disponível em: <https://www.infoamerica.org/icr/n10/blotta.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUSQUETS, Marisol Cano. **Violencia contra los periodistas: configuración del fenómeno, metodologías y mecanismos de intervención**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2019.

CALLON, Michel. Techno-economic networks and irreversibility. In: LAW, John (org.). **A sociology of monsters: essays on power, technology and domination**. London: Routledge, 1991.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo: reflexões sobre a prática contemporânea**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

CPJ — COMMITTEE TO PROTECT JOURNALISTS. **Impunity on the rise in Brazil as journalists face threats and attacks**. New York, 2024. Disponível em: <https://cpj.org>. Acesso em: 10 out. 2025.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Relatório da violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil – 2023**. Brasília: FENAJ, 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167–191, 1969.

GILLESPIE, Tarleton. **Custodians of the Internet: Platforms, Content Moderation, and the Hidden Decisions that Shape Social Media**. New Haven: Yale University Press, 2018.

GOULD, Jonathan; BLOTTA, Vitor. **Desinformação e democracia: desafios à liberdade de imprensa**. São Paulo: USP/IEA, 2022.

HATAKKA, Mikael. Hostile Environments: Digital Attacks on Journalists in the Global South. **Digital Journalism**, v. 10, n. 5, p. 723–740, 2022.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2. ed. São Paulo: Geração Editorial, 2023.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio; RUELLAN, Denis. Violências públicas e hierárquicas contra jornalistas: uma perspectiva internacional. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 2, 2021.

LEMOS, André. **A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

O GLOBO. **Jornalistas da TV Bahia são agredidos por seguranças presidenciais em Itamaraju**. Rio de Janeiro, 12 dez. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com>. Acesso em: 10 out. 2025.

REGINATO, Gisele. **As finalidades do jornalismo: o que dizem os veículos, jornalistas e leitores**. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

RELLY, Jeannine E.; BUSTAMANTE, Carolina. Silencing Mexico: A Study of Influences on Journalists in the Northern States. **The International Journal of Press/Politics**, v. 22, n. 3, p. 377–402, 2017.

RIBEIRO, K. P. **Violência e poder em Hannah Arendt**. Cadernos Arendt, v. 1, n. 1, 2020.

RSF — REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2024: jornalismo sob pressão política, 2024**. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2024-jornalismo-sob-press%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 17 out. 2025.

SINJORBA – Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia. **TRT condena UESB por assédio moral na Assessoria de Comunicação**. Salvador, 17 jul. 2023. Disponível em: <https://sinjorba.org.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

SPONHOLZ, Larissa. **Objetividade e jornalismo: um mito contemporâneo**. São Paulo: Summus, 2003.

STAKE, Robert. Qualitative Case Studies. *In.*: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (orgs.). **The Sage Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005.

TUFTE, Thomas. **Communication and Social Change: A Citizen Perspective**. Cambridge: Polity Press, 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **World Trends in Freedom of Expression and Media Development 2021/2022**. Paris: UNESCO, 2022.

VIEIRA, João Paulo. Ataques digitais e censura algorítmica: a vulnerabilidade de jornalistas nas redes sociais. **Revista Brasileira de Comunicação**, v. 45, n. 1, 2022.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Alan Araújo Barbosa

Alan Araújo Barbosa é doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), é bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Atualmente, cursa Licenciatura em Letras-Libras na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e especialização em Educação e Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Sua atuação acadêmica articula comunicação, acessibilidade, direitos humanos e representatividade, com ênfase na história da imprensa regional e na inclusão da Língua

Brasileira de Sinais (Libras) nos campos da mídia e da educação. E-mail:
alanaraujo.br@hotmail.com Lattes:<http://lattes.cnpq.br/3399066204746030>

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9133-4393>.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional